

# Sumário

<b>Introdução .....</b>	<b>1</b>
-------------------------	----------

## **Parte I O Fenômeno de Erosão da Constituição**

1 Um Conceito de Erosão da Constituição .....	5
2 Os Princípios Estruturantes do Estado de Direito Democrático Ameaçados de Erosão.....	28
2.1 O Princípio da Separação dos Poderes e a Garantia do Governo Limitado.....	30
2.1.1 A Erosão do Princípio da Separação de Poderes.....	34
2.2 O Princípio Democrático .....	52
2.2.1 Os Riscos de Erosão ao Princípio Democrático .....	65
2.3 O Princípio da Garantia Reforçada dos Direitos Fundamentais.....	77
2.3.1 A Estrutura dos Direitos Fundamentais e os Riscos de Erosão.....	83
2.4. O Princípio da Supremacia da Constituição .....	105
2.4.1 A Erosão da Supremacia da Constituição e do Constitucionalismo .....	109
2.5. O Sobreprincípio do Estado de Direito e os Riscos de Erosão ....	131
2.6 Os Princípios da Segurança Jurídica e da Proteção à Confiança e o Risco de Erosão.....	142

2.6.1 Segurança Jurídica na Dimensão Estática: Dever de Conhecimento e de Determinação do Direito.....	146
2.6.2 Segurança Jurídica na Dimensão Dinâmica: Dever de Confiabilidade e de Imutabilidade no Passado; Dever de Previsibilidade e de Calculabilidade das Mudanças e do Futuro.....	153
2.6.3 A Proteção à Confiança como Subprincípio da Segurança Jurídica e do Estado de Direito e os Riscos de Erosão .....	162

## **Parte II**

### **Causas da Erosão Interna da Constituição: o Constitucionalismo Moralmente Reflexivo e o Neoconstitucionalismo**

1. A Genealogia Erosiva - Do Constitucionalismo Moralmente Reflexivo ao Neoconstitucionalismo .....	171
1.1 Do Constitucionalismo Social e Democrático Fraco ao Forte .....	176
1.2 O Caso do Constitucionalismo Moralmente Reflexivo .....	186
1.3 A Corruptela Doutrinária do Neoconstitucionalismo .....	197
2. Compreensões, Práticas e Métodos Erosivos aos Princípios Estruturantes da Constituição .....	211
2.1 A Erosão da Supremacia da Constituição e do Princípio do Estado de Direito pela Constituição como Ordem-Fundamento, Constituição-Preceptiva ou Lei Total ...	212
2.2 Práticas e Doutrinas Erosivas dos Princípios Estruturantes da Constituição .....	249
2.2.1 A Distinção entre Regras e Princípios e os Problemas na Interpretação e na Aplicação .....	249

2.2.1.1 Dos Efeitos Erosivos das Distinções entre Normas a uma Alternativa Mais Conforme aos Princípios Estruturantes.....	261
2.2.2 A Técnica da Ponderação como Instrumento de Erosão.....	273
2.2.2.1 Origens e Conteúdo da Ponderação .....	275
2.2.2.2 Equívocos, Excessos e Riscos da Ponderação.....	284
2.2.2.3 O Lugar da Subsunção e da Ponderação como Técnica Dogmática .....	298
2.2.3 A Erosão pelos Métodos Interpretativos: as Mutações (In)Constitucionais como Técnica de um Constitucionalismo Abusivo e Erosivo aos Princípios da Separação dos Poderes e do Estado de Direito Democrático .....	304
2.3 A Prática do Ativismo Judicial como Erosiva da Constituição ...	324
2.3.1 Ativismo Judicial: Justificativas, Causas, Efeitos e Defeitos.....	337
2.3.2 A Missão Iluminista da Jurisdição Constitucional e a Erosão do Princípio Democrático e da Separação de Poderes .....	359
2.4 A Prática da Leitura Moral da Constituição e a Erosão dos Princípios Estruturantes da Democracia e da Supremacia da Constituição.....	386
2.4.1 Os Problemas da Leitura Moral: Da Erosão aos Princípios Estruturantes à Tirania dos Valores.....	404
2.5 O Realismo Mágico Neoconstitucional como Prática Erosiva da Constituição .....	414
2.6 A Doutrina como Co-constituente e a Erosão da Supremacia da Constituição.....	420

### **Parte III**

## **Heurística para o Controle da Erosão Interna**

1. Compreensão da Proposta para o Controle da Erosão.....	443
1.1 Premissas para a Aplicação Jurisdicional	
Anterosiva da Constituição .....	444
1.2 Necessidade de Limites à Interpretação Constitucional .....	453
2. Deveres Metodológicos para Controlar	
a Erosão Constitucional Interna .....	473
2.1 Dever de Diferenciar Regras e Princípios,	
com Preponderância Dasquelas, em Deferência	
ao Poder Constituinte, como Antídoto à Erosão .....	473
2.2 O Dever de Autocontenção: Respeitar os Espaços	
da Política Democrática (Autonomia Pública) e	
da Liberdade (Autonomia Privada) .....	491
2.3 Dever de Promover, Sempre que Possível, o Diálogo	
Institucional na Interpretação Constitucional.....	518
2.4 Dever de Autocontenção e de Restrição à Globalização e ao	
Cosmopolitismo: Limitar e Adequar o Transjudicialismo	
às Possibilidades e aos Limites da Constituição .....	528
2.4.1 Diálogos Judiciais e Empréstimos Constitucionais Atípicos ...	540
2.4.2 O Controle à Circulação Constitucional das Interpretações	
(Transjudicialismo Informal) como Antídoto à Erosão .....	546
2.5 O Dever de Considerar a Sério a Opinião Pública	
na Interpretação Constitucional .....	557
<b>Conclusões.....</b>	<b>567</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>571</b>